

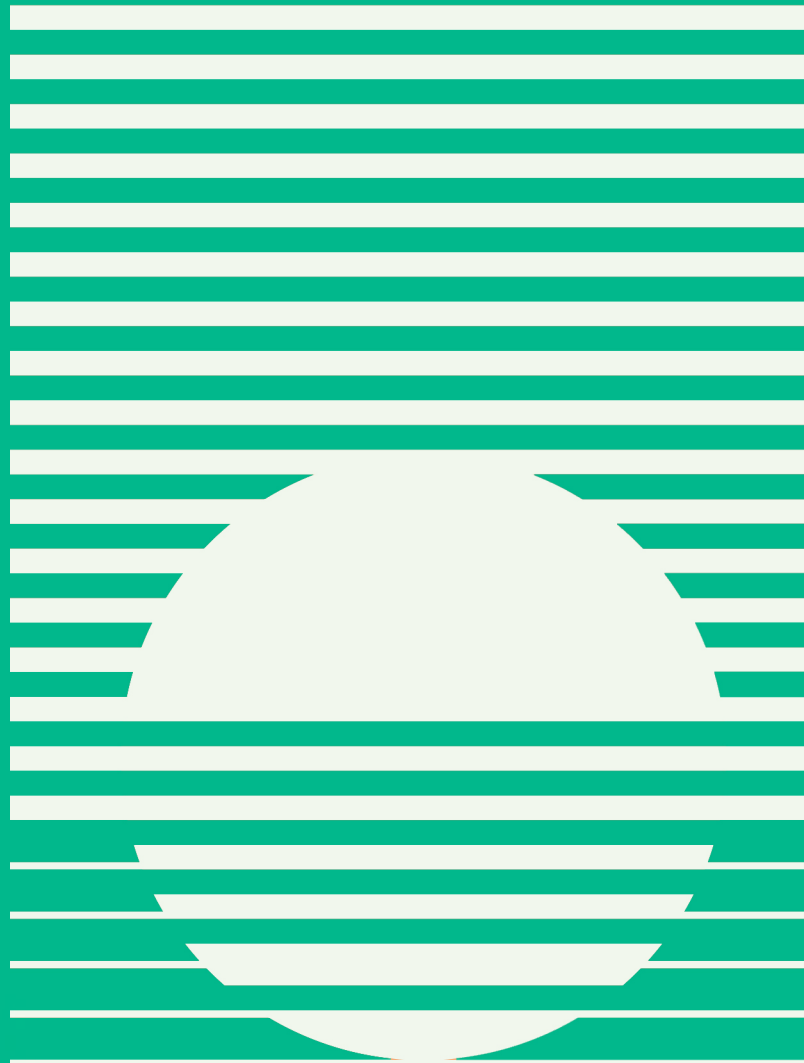
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

07
2026



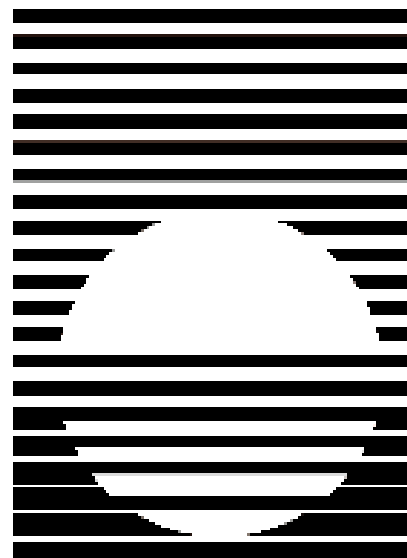
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Maria Clara Dutra, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Brasil busca cooperação com a China em meio a atritos com EUA, Argentina e Paraguai

Decreto de Milei restringe entrada e permanência de estrangeiros na Argentina

Página 05

Keiko Fujimori assume a presidência do Peru

Processo de transição de governo na Colômbia é suspenso após troca de acusações entre Gustavo Petro e Aberlardo de la Espriella

Página 06

Equador reorganiza política de segurança, acelera extradições e incorpora novas ameaças ao planejamento estatal

Noboa amplia cooperação internacional em segurança em meio a denúncias de abusos e busca de acordos regionais

Página 07

Chile e Venezuela iniciam retomada das relações diplomáticas

FMI faz visita à Venezuela enquanto julgamento de Maduro é agendado para junho de 2027

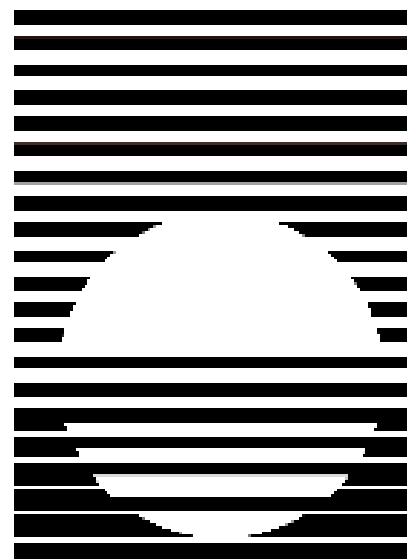
Página 08

OEA avalia bloqueios na Bolívia e país firma acordo antidrogas com EUA

Irfaan Ali celebra parceria com os Estados Unidos e Exxon Mobil recupera investimentos com dois anos de antecipação

Página 09

Uruguai amplia agenda internacional durante a presidência do Mercosul



Brasil busca cooperação com a China em meio a atritos com EUA, Argentina e Paraguai

Em julho de 2026, a política externa brasileira enfrentou um cenário de intensas turbulências, somando atritos com EUA, Argentina e Paraguai. No dia 1º, Washington anunciou sanções contra dois brasileiros por lavagem de dinheiro para o PCC, dando início aos efeitos da classificação dessa facção como organização terrorista global. Em nota enviada ao Congresso Nacional, o chanceler Mauro Vieira alertou sobre a possibilidade de ação militar estadunidense contra o Brasil em função dessa classificação. O Departamento de Estado dos EUA, porém, classificou o alerta de Vieira como “absurdo”. A crise também foi sentida na área econômica, com a oficialização da imposição, em 22 de julho, de uma tarifa de 25% sobre a importação de diversos produtos brasileiros. O governo brasileiro estimou que a medida afetará 18% das exportações para os EUA. Em resposta, no dia 26, o presidente Lula publicou um artigo no jornal Washington Post criticando as tarifas como “injustas” e um “erro estratégico” na relação bilateral. A tensão diplomática também resultou na negativa de vistos pelo Brasil, em 25 de julho, para funcionários de Washington suspeitos de serem enviados pelo governo Trump para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro. Simultaneamente, as relações com a Argentina também se degradaram. No dia 25, o presidente Javier Milei proferiu ofensas a Lula e ao ministro do STF Alexandre de Moraes em um evento em São Paulo. No dia seguinte, o Itamaraty convocou o embaixador argentino para explicações e chamou o embaixador brasileiro em Buenos Aires para consultas. Com o Paraguai, uma tensão bilateral emergiu em 29 de julho, quando a Câmara dos Deputados paraguaia emitiu uma nota de repúdio contra declarações de Lula sobre a Guerra do Paraguai, entregando uma queixa formal ao embaixador brasileiro. O governo do país vizinho também enviou uma nota de repúdio no dia 31. Em discurso público, Lula havia defendido a necessidade de o Brasil investir mais em defesa, pois se lembrava da invasão do Paraguai ao país ocorrida no século XIX. As autoridades paraguaias repudiaram a fala como tendo sendo leviana, pois a reação militar brasileira dizimou parte expressiva da população no país à época. Buscando um contraponto às hostilidades no continente americano, o governo federal voltou-se para a China. Em meados de julho, o Brasil aderiu à Organização Mundial de Cooperação

em Inteligência Artificial, proposta pelo país asiático e sediada em Shangai, a fim de coordenar medidas regulatórias entre os países-membros e reduzir o poder das big techs estadunidenses no tema. Além disso, no dia 26, Lula e Xi Jinping conversaram por telefone. Ambos concordaram em acelerar as tratativas para um acordo entre a China e o Mercosul. Além disso, Xi manifestou apoio à defesa da soberania brasileira.

Fontes: [G1](#), 01/07/2026; [Valor Econômico](#), 07/07/2026; [UOL](#), 08/07/2026; [UOL](#), 16/07/2026; [Folha de S. Paulo](#), 16/07/2026; [Folha de S. Paulo](#), 24/07/2026; [Carta Capital](#), 26/07/2026; [Poder 360](#), 26/07/2026; [Valor Econômico](#), 27/07/2026; [Folha de S. Paulo](#), 27/07/2026; [Poder 360](#), 31/07/2026

Decreto de Milei restringe entrada e permanência de estrangeiros na Argentina

No dia 29 de julho, o presidente da Argentina, Javier Milei, promulgou um decreto que altera a Lei de Migrações do país. O objetivo da medida é proibir a entrada, revogar vistos e expulsar estrangeiros que incitem à violência ou à discriminação baseadas na nacionalidade argentina e que insultem símbolos patrióticos da nação. O governo alega que a medida é urgente para a defesa do país e de seus cidadãos, tendo em vista as recentes manifestações hostis vindas do exterior, sobretudo durante a Copa do Mundo de Futebol de 2026. O torneio foi marcado por severas críticas da comunidade internacional e de usuários nas redes sociais contra a sociedade e a seleção argentina, acusadas de serem racistas. Esse descontentamento se intensificou após acusações de favorecimento à Argentina pela arbitragem e pela FIFA, episódios de mau comportamento e brigas físicas da delegação contra atletas da Espanha, além de manifestações consideradas racistas cometidas por torcedores argentinos. Em resposta à onda global de críticas recebidas pelo país, Milei adotou uma narrativa contundente e, sem apresentar quaisquer provas, afirmou que as ofensas à nação não eram orgânicas, mas sim uma “campanha contra a Argentina” orquestrada e financiada por “esquerdistas” de nações vizinhas e por forças políticas estadunidenses. Segundo as acusações do presidente, o governo do Brasil teria aportado a maior fatia dos recursos financeiros (25%), seguido por repasses promovidos pelo governo do México e pelo Partido Democrata dos Estados Unidos. O decreto representa uma ruptura histórica para da a Argentina, cuja Constituição fomenta a imigração e assegura direitos civis amplos aos estrangeiros. Juristas, analistas e defensores dos direitos humanos expressaram preocupação com os critérios que serão utilizados pelas autoridades migratórias. Embora o texto preveja que críticas civis,

acadêmicas ou discordâncias ideológicas estão protegidas legalmente e não sofrerão sanções, não há detalhamento sobre os mecanismos práticos de distinção entre opiniões políticas legítimas e discursos criminosos de ódio, o que cria um ambiente fértil para a tomada de decisões arbitrárias. Opositores argentinos argumentam que o decreto está sendo utilizado pelo presidente como uma tentativa de unir o país fomentando um sentimento de nacionalismo entre os cidadãos e desviar o foco dos problemas internos. No momento, a popularidade de Milei atinge o seu nível mais baixo, com apenas 33% de aprovação.

Fontes: [Associated Press News](#), 30/07/2026; [BBC](#), 31/07/2026; [Buenos Aires Times](#), 27/07/2026; [The Guardian](#), 28/07/2026.

Keiko Fujimori assume a presidência do Peru

O mês de julho de 2026 foi marcado, no Peru, pela posse de Keiko Fujimori como presidente da República, consolidando o retorno do fujimorismo ao poder 36 anos após a primeira eleição de seu pai, Alberto Fujimori, em 1990. No dia 27, véspera da transmissão de cargo, tomaram posse os 60 senadores e 130 deputados eleitos em junho, marcando a instalação do primeiro Congresso bicameral peruano em mais de três décadas. No dia seguinte, 28 de julho, data em que o país celebrava o 205º aniversário da independência, Fujimori prestou juramento como presidente para o período 2026-2031, tornando-se a primeira mulher eleita pelo voto popular a ocupar o cargo. A cerimônia, realizada no Congresso, contou com a presença de chefes de Estado da região e de autoridades estrangeiras, como o rei Felipe VI da Espanha e o subsecretário do Departamento de Estado dos EUA, Christopher Landau. Ainda na sessão solene, parlamentares de oposição se retiraram do plenário minutos antes do início do discurso presidencial, em protesto e exibindo fotografias de vítimas dos protestos reprimidos durante o governo de Dina Boluarte. A deputada Indira Huilca (Juntos por el Perú) afirmou que o gesto refletia o sentimento de parte da população contrária à chegada de Fujimori ao poder. À tarde, no Palácio de Governo, tomou posse o primeiro Conselho de Ministros do novo governo, presidido por Luis Galarreta (PCM), com Elmer Cuba na pasta de Economia e Finanças, Carlos Espá em Relações Exteriores, o general César Astudillo no Interior e Rafael Belaúnde Llosa na Defesa, entre outros 19 titulares. Em sua primeira Mensagem à Nação, Fujimori afirmou receber

um Estado "debilitado pela improvisação e pela corrupção", com ineficiências no gasto público estimadas em mais de 40 bilhões de sóis anuais, e anunciou um processo de desregulamentação e uma "luta implacável contra a corrupção". A presidente declarou duas "frentes de emergência nacional" prioritárias: a mitigação dos efeitos do fenômeno El Niño e a segurança cidadã. Além disso, anunciou que as Forças Armadas assumirão temporariamente a liderança das operações de segurança e do controle da ordem interna durante os estados de emergência, em coordenação com a Polícia Nacional, além da criação de unidades de flagrância, plataformas de inteligência artificial de prevenção ao crime e uma reforma penitenciária. No âmbito econômico, anunciou o aumento do salário mínimo para 1.300 sóis. Ao fim do mês, reportagens da imprensa peruana revelaram que, dos 19 ministros do novo gabinete, 15 enfrentam ou enfrentaram investigações fiscais, processos judiciais ou antecedentes penais, entre eles o próprio premiê Galarreta e o ministro do Meio Ambiente, Vladimir Huaroc, apontado como o caso com maior número de investigações declaradas, gerando questionamentos sobre a coerência entre o discurso anticorrupção do novo governo e a composição de seu primeiro gabinete.

Fontes: [Globovision](#), 27/07/2026; [Infobae](#), 27/07/2026; [El Comercio](#), 28/07/2026; [Infobae](#), 28/07/2026; [CNN](#), 28/07/2026; [La República](#), 28/07/2026; [RPP](#), 28/07/2026; [La República](#), 28/07/2026; [Buena Pepa](#), 28/07/2026; [Infobae](#), 29/07/2026; [Infobae](#), 31/07/2026.

Processo de transição de governo na Colômbia é suspenso após troca de acusações entre Gustavo Petro e Abelardo de la Espriella

No dia 2 de julho, foi iniciado, na Colômbia, o processo de transição entre os gabinetes do presidente Gustavo Petro e do recém-eleito Abelardo de la Espriella. Após o turbulento pleito, a troca de informações entre os gabinetes seguiu sob elevada tensão e cercada de acusações mútuas. Apesar de membros do gabinete de Espriella terem levantado a possibilidade de Petro não deixar o cargo por seguir criticando o processo eleitoral, o atual presidente confirmou que respeitaria a democracia e governaria até a posse do rival, em 7 de agosto. Em paralelo, Espriella anunciou, inspirado nas políticas do presidente de El Salvador, Nayib Bukele, que, em seu primeiro dia no cargo, criaria um bloqueio de defesa para a segurança urbana via decreto. Criticado por membros do governo Petro, a medida

foi comparada às extintas Convivir, cooperativas de segurança privadas criadas, em 1994, pelo ex-presidente Ernesto Samper, atreladas ao surgimento de alguns grupos paramilitares. Herdando toda essa tensão, o processo de transição foi interrompido, no dia 7 de julho, após acusações mútuas entre os presidentes, ministros e membros dos gabinetes. Ainda que a troca de informações tenha sido suspensa, o planejamento sobre a posse seguiu. Para tal, o gabinete de Espriella havia decidido realizar o juramento e todo o processo em um ambiente militar, com o objetivo de representar a centralidade que as forças de defesa e segurança teriam durante seu mandato. Apesar das intenções do presidente eleito, Petro anunciou que não permitiria a posse em qualquer posto militar ou policial, já que essas organizações estariam sob sua liderança até sua saída formal do poder, no dia anterior a posse. Além disso, o presidente afirmou que não participaria da cerimônia de Espriella. Retomando seu discurso de que a vitória do candidato de extrema-direita teria ocorrido por meio de fraudes, Petro declarou que não o cumprimentaria, nem iria à posse, rompendo com uma tradição histórica entre os mandatários em exercício e eleito. No dia 28 de julho, Espriella recuou quanto à escolha de um ambiente militar para sua posse e solicitou à Câmara dos Deputados para que fosse transferida da tradicional Praça de Bolívar, em Bogotá, para a cidade de Cali. Além disso, o presidente eleito apresentou sua proposta de fechar cerca de 14 embaixadas e 15 consulados que seriam custosas e improdutivas. Argélia, Cuba, Tchêquia, Etiópia, Haiti, Nicarágua, Senegal e África do Sul estão entre os países que seriam afetados pela proposta.

Fontes: [El Colombiano](#), 02/07/2026; [La Silla Vacía](#), 05/07/2026; [El Colombiano](#), 07/07/2026; [El Colombiano](#), 07/07/2026; [Presidencia](#), 07/07/2026; [El Colombiano](#), 13/07/2025; [Semana](#), 15/07/2026; [La Silla Vacía](#), 27/07/2026; [El País](#), 28/07/2026.

Equador reorganiza política de segurança, acelera extradições e incorpora novas ameaças ao planejamento estatal

Durante julho, o governo equatoriano avançou na reorganização dos instrumentos institucionais de combate ao crime organizado e na consolidação de uma política nacional de segurança para os próximos anos. Em 7 de julho, a Assembleia Nacional aprovou por 139 votos uma nova legislação de extradição, atualizando a normativa vigente desde 2000 e estabelecendo prazo máximo de 45 dias para procedimentos que anteriormente poderiam se prolongar por até seis

anos. A reforma, que também prevê uma unidade técnica especializada, ocorre após o referendo de 2024 que autorizou a extradição de equatorianos e poucos dias depois da transferência ao país de Galo Javier, conhecido como Gato Negro, apontado como número dois de Los Tiguerones e capturado na Colômbia em operação com participação internacional. Em 14 de julho, Daniel Noboa assinou o Decreto Executivo 448, transformando o Plan Nacional de Seguridad Integral 2025-2029 em política pública obrigatória. O documento estabelece sete objetivos estratégicos e articula Forças Armadas, Polícia Nacional, organismos de inteligência e diferentes ministérios no enfrentamento ao narcotráfico, mineração ilegal, lavagem de ativos, terrorismo, corrupção e outras ameaças. O plano prevê recuperação do controle territorial, fortalecimento de fronteiras, portos e prisões, ampliação das capacidades de inteligência e maior cooperação internacional. Também incorpora os delitos digitais como ameaça estratégica, estabelece atualização do marco jurídico de cibersegurança até 2028 e determina a revisão da estratégia de ciberdefesa ainda em 2026. A iniciativa ocorre em um cenário de elevada violência, após 9.216 homicídios registrados em 2025, mas enfrenta questionamentos sobre sua execução, uma vez que parte importante das metas está concentrada em 2028 e 2029.

Fontes: [DW](#), 08/07/2026; [Infobae](#), 08/07/2026; [Diario Expreso](#), 14/07/2026; [Primicias](#), 14/07/2026; [El Comercio](#), 16/07/2026; [El Universo](#), 29/07/2026.

Noboa amplia cooperação internacional em segurança em meio a denúncias de abusos e busca de acordos regionais

A internacionalização da política de segurança do governo Daniel Noboa avançou durante julho por meio da aproximação com os Estados Unidos e da busca de novos acordos com países vizinhos, embora denúncias de abusos tenham ampliado os questionamentos sobre a supervisão dessas iniciativas. Entre janeiro e março, três embarcações pesqueiras equatorianas teriam sido perseguidas por um navio identificado com bandeira norte-americana e atacadas por drones com explosivos, deixando os pescadores feridos. Entre 1º e 6 de março, militares equatorianos também bombardearam uma propriedade rural em San Martín, Sucumbíos, durante operação apresentada

como parte do combate ao narcotráfico. Quatro trabalhadores foram detidos, denunciaram tortura e posteriormente foram liberados sem acusações. Apesar das pressões da oposição, a Assembleia Nacional não conseguiu avançar significativamente na investigação dos episódios, enquanto permanecem questionamentos sobre os mecanismos de supervisão da crescente cooperação militar entre Quito e Washington. Paralelamente, Noboa buscou ampliar a dimensão regional de sua estratégia. Em 27 de julho, anunciou um entendimento verbal com a presidente eleita do Peru, Keiko Fujimori, para reforçar a fronteira com sensores, drones e outras tecnologias, afirmando que aproximadamente 70% das armas ilegais em circulação no Equador ingressariam pelo território peruano. Também mencionou negociações de segurança fronteiriça e energia com o presidente eleito da Colômbia, Abelardo de la Espriella. Em 30 de julho, durante visita de Santiago Peña a Quito, Equador e Paraguai assinaram ainda um pacto de extradição para acelerar a cooperação contra narcotráfico, mineração ilegal, sequestro e extorsão, acompanhado por compromissos econômicos e comerciais.

Fontes: [El País](#), 24/07/2026; [AP News](#), 27/07/2026; [RFI](#), 30/07/2026.

Chile e Venezuela iniciam retomada das relações diplomáticas

No dia 30 de julho, os governos do Chile e da Venezuela anunciaram um plano de ação para reativar suas relações diplomáticas bilaterais. As relações haviam sido rompidas em 2024, após o então presidente chileno, Gabriel Boric, questionar o resultado das eleições presidenciais venezuelanas de 28 de julho e exigir transparência sobre a reeleição de Nicolás Maduro, levando Caracas a retirar o corpo diplomático chileno da Venezuela. O fechamento dos consulados chilenos na Venezuela, em janeiro de 2025, havia aprofundado a ruptura e dificultado a assistência consular e a coordenação migratória entre os países. Os diálogos para normalizar o relacionamento entre os países foram iniciados em março de 2026, com a posse de José Antonio Kast na Presidência do Chile. Mas o processo ganhou impulso após os terremotos que atingiram a Venezuela em 24 de junho e motivaram o envio de ajuda humanitária chilena ao país. No dia 1º de julho, o governo do Chile autorizou

que venezuelanos residentes no Chile com passaportes vencidos deixassem legalmente o país para retornar à Venezuela. A cooperação avançou novamente em 14 de julho, quando o governo venezuelano solicitou o apoio de especialistas chilenos para avaliar os danos estruturais provocados pelos terremotos. Após meses de negociações reservadas, os governos conseguiram estabelecer o plano de ação divulgado em 30 de julho, que começa a ser posto em prática com a reativação de vínculos consulares. O acordo permitirá restabelecer serviços para cerca de 700 mil venezuelanos residentes no Chile e 25 mil chilenos na Venezuela, enquanto segurança, migração e desenvolvimento econômico foram definidos como áreas prioritárias do relacionamento entre os países. A medida, contudo, ainda não representa o restabelecimento pleno das relações diplomáticas, mas o primeiro passo de uma aproximação gradual e pragmática.

Fontes: [El País](#), 22/04/2026; [La Tercera](#), 25/06/2026; [El País](#), 01/07/2026; [El País](#), 30/07/2026; [La Tercera](#), 31/07/2026.

FMI faz visita à Venezuela enquanto julgamento de Maduro é agendado para junho de 2027

O mês de julho foi marcado, na Venezuela, pelas ações de recuperação do país frente aos danos causados pelos terremotos do dia 24 de junho. Até o final daquele mês foram registradas mais de 5 mil mortes e 16 mil pessoas feridas, além de 18 mil desabrigados. Para além da ajuda internacional com ações de resgate e acolhimento dos afetados, destacou-se no, mês de julho, a liberação de US\$ 346 milhões que pertencem à Venezuela e estavam sob administração do Fundo Monetário Internacional (FMI). O anúncio foi feito no dia 17 de julho, e os recursos serão destinados à reconstrução do país. No dia 30, ocorreu uma reunião de Nigel Chalk, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, com a presidente em exercício, Delcy Rodríguez, em Caracas. Uma missão de alto nível do FMI ao país não ocorria há mais de vinte anos. A reaproximação do órgão ocorre em um contexto de mudança política no país. Desde janeiro de 2026 o então presidente Nicolás Maduro foi retirado à força da Venezuela e está preso nos EUA. Rodríguez, a vice que assumiu a presidência desde então, vem adotando posturas mais subservientes aos interesses estadunidenses e retomando relações interrompidas

desde a chegada do chavismo ao poder. Maduro, por sua vez, aguarda julgamento nos EUA. No dia 22, o juiz federal Alvin Hellerstein, do tribunal em Nova York, definiu que o julgamento ocorrerá a partir de junho de 2027, com recursos da defesa podendo ser feitos em audiências no dia 17 de novembro e 11 de janeiro. Maduro e sua esposa, Cilia Flores, são acusados de narcoterrorismo. Vale destacar, por fim, que, no dia 24 de julho, Donald Trump declarou que a Venezuela "ainda não está pronta" para eleições, embora tenha reconhecido "muito progresso" sob a gestão de Rodríguez, classificando seu trabalho como "fantástico".

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 17/07/2026; [Reuters](#), 22/07/2026; [Valor Econômico](#), 24/07/2026; [Telesur](#), 29/07/2026; [O Globo](#), 30/07/2026.

OEA avalia bloqueios na Bolívia e país firma acordo antidrogas com EUA

Em 23 de julho, o governo norte-americano, por meio de sua agência regulatória de controle de narcóticos, firmou um acordo com o governo boliviano destinando US\$ 20 milhões ao treinamento e equipamento das forças de segurança bolivianas na luta antidrogas. Cabe destacar que, dias antes, em 17 de julho, o encarregado de negócios dos Estados Unidos na Bolívia, Erik Martini, expressou “preocupação” com o cultivo de coca no país, relacionando a atividade à produção de cocaína. Posteriormente, em 29 e 30 de julho, ocorreu uma Missão de Alto Nível da Organização dos Estados Americanos (OEA), liderada pelo Secretário-Geral adjunto Albert R. Ramdin, que esteve nas cidades de La Paz e Santa Cruz a fim de avaliar a situação política enfrentada durante os 53 dias de bloqueios vivenciados pela Bolívia entre os meses de maio e junho. Durante os dois dias, a missão reuniu-se com autoridades dos poderes executivo, legislativo, eleitoral e judicial, além de representantes de organizações políticas, do setor social e com o presidente Rodrigo Paz. Ao término da visita, Ramdin declarou que “ninguém está acima da lei, todos devem agir dentro da estrutura legal e respeitar as instituições democráticas”, reafirmando o apoio ao governo boliviano para o fortalecimento da “democracia, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos”. Por fim, destacou que um relatório com as observações da missão será elaborado e

apresentado ao Conselho Permanente da OEA em um prazo de 10 dias.

Fontes: [La Razón](#), 17/07/2026; [El Día](#), 23/07/2026; [La Razón](#), 24/07/2026; [La Razón](#), 29/07/2026; [La Razón](#), 30/07/2026; [La Razón](#), 30/07/2026.

Irfaan Ali celebra parceria com os Estados Unidos e ExxonMobil recupera investimentos com dois anos de antecipação

No dia 3 de julho, o presidente guianês, Irfaan Ali, reafirmou a importância da parceria estratégica entre a Guiana e os Estados Unidos durante as celebrações do 250º aniversário da independência estadunidense. Na ocasião, Ali afirmou que a relação bilateral atravessa seu momento mais forte, destacando a cooperação entre os dois países em áreas como segurança, desenvolvimento econômico, saúde e investimentos privados. O presidente também ressaltou que a aproximação entre Georgetown e Washington estaria fundamentada em compromissos compartilhados com a paz, a ordem internacional, a democracia e o Estado de direito. A declaração evidencia o aprofundamento das relações entre os dois países em um contexto no qual a crescente importância econômica da Guiana amplia também seu peso estratégico no Caribe e na América do Sul. No dia 31 de julho, a Reuters informou que o consórcio liderado pela Exxon Mobil havia recuperado os aproximadamente US\$ 55 bilhões investidos desde 2014 no desenvolvimento do bloco Stabroek, cerca de dois anos antes do previsto. Segundo os termos do contrato de partilha de produção, após a recuperação dos custos, a parcela do petróleo destinada ao consórcio para essa finalidade tende a diminuir, ampliando os recursos provenientes da produção que serão divididos igualmente entre a empresa e o Estado guianês. O episódio marca uma nova etapa na economia política do petróleo guianês, visto que a recuperação antecipada dos investimentos aumenta a capacidade do Estado de apropriar-se das receitas provenientes da exploração de suas reservas. Ao mesmo tempo, a permanência de investimentos da ExxonMobil, da estadunidense Chevron e da chinesa CNOOC no bloco evidencia a inserção da Guiana em uma estrutura de exploração de recursos naturais marcada pela presença simultânea de capitais associados às duas maiores potências econômicas mundiais.

Fontes: [DPI](#), 03/07/2026; [Reuters](#), 31/07/2026.

Uruguai amplia agenda internacional durante a presidência do Mercosul

Entre os dias 6 e 8 de julho, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Mario Lubetkin, viajou a Bruxelas, na Bélgica, para se reunir com autoridades da União Europeia (UE) e participar de uma mesa redonda ao lado do Comissário de Comércio da UE, Maroš Šefčovič. Esta foi a primeira visita de Lubetkin a Bruxelas após o Uruguai assumir a presidência pro tempore do Mercosul, em 2026. Em seus discursos, o ministro ressaltou a importância estratégica do acordo entre UE-Mercosul e destacou que o documento foi aprovado sem ressalvas pelos parlamentares de todos os países do Mercosul. Segundo Lubetkin, após três meses de tramitação, foram finalizadas todas as formalidades previstas no documento, sendo o Uruguai o pioneiro em ratificar o acordo. Além disso, ambas as autoridades destacaram a realização do primeiro Encontro Empresarial Mercosul-União Europeia, que será realizado em Montevidéu, no Uruguai, em dezembro de 2026. O ministro direcionou o convite ao empresariado europeu e ressaltou que o fórum “[...] Não é um exercício de relações públicas. Não é um ato cerimonial. É uma ferramenta prática concebida para tirar o acordo do papel e levá-lo para a vida econômica real”. O encontro empresarial é tratado por Lubetkin como essencial para que os resultados esperados com o acordo sejam concretizados, especialmente no que diz respeito aos investimentos, alianças e a criação de cadeias de valor integradas. Posteriormente, em entrevista, o ministro uruguaio alertou as autoridades europeias sobre as consequências do atraso na ratificação do acordo. Em suas palavras, Lubetkin afirmou que o Mercosul não esperará indefinidamente: “se a Europa rejeitar o acordo, as consequências serão muito maiores para a Europa do que para nós [América do Sul], porque continuaremos com outros países”. Nesse sentido, destacou o interesse do bloco em formalizar um Acordo de Livre Comércio com a China, Canadá, Emirados Árabes Unidos e Índia. Ainda em julho, no dia 20, Lubetkin também respondeu aos comentários do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que havia insinuado o ressurgimento do terrorismo político, fazendo referência ao Movimento de Libertação

Nacional-Tupamaros (MLN-T). Em sua resposta, o chanceler afirmou que o Uruguai possui uma política “muito clara” em matéria de segurança e cooperação internacional, baseada na integração regional e no trabalho conjunto entre os países latino-americanos. Lubetkin rejeitou qualquer tentativa de associar o atual governo uruguaio às referências apresentadas por Rubio em seus discursos e ressaltou, ainda, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da CELAC e do Mercosul no combate ao crime organizado. Por fim, reforçou a necessidade de que o tema não seja tratado para além de bandeiras ideológicas.

Fontes: [Ministerio de Relaciones Exteriores](#), 06/07/2026; [Presidencia Uruguay](#), 06/07/2026; [La Diaria](#), 08/07/2026; [Diario La R](#), 09/07/2026; [Diario La R](#), 21/07/2026.

